SENTIDOS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E O NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE 1998 E 2017

O presente trabalho investiga os sentidos que vem sendo colocados em circulação e disputa para a *integração curricular* a partir dos anos noventa, em meio a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e a implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (BRASIL, 1999), até o momento atual, com a proposta do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017). O trabalho se insere no conjunto de investigações que vêm sendo desenvolvidas pelo *Grupo de Estudos em História do Currículo*, que é parte do Núcleo de Estudos do Currículo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEC/UFRJ). Tais investigações se caracterizam pelo desenvolvimento de uma abordagem discursiva para a História do Currículo e das Disciplinas, pondo em diálogo pesquisadores do campo (Ivor Goodson; Stephen Ball; Thomas Popkewitz) por meio da teorização do discurso de Michel Foucault. O arquivo de pesquisa foi construído focalizando os documentos oficiais produzidos no período citado e voltados para o Ensino Médio. Entendendo que o processo de produção de políticas públicas se dá em uma dinâmica cíclica e em contextos distintos, entre os quais circulam contínua e contingencialmente textos e sujeitos, consideramos que os enunciados veiculados pelas comunidades disciplinares que compõem a área de Ciências da Natureza – nominalmente, as comunidades de Física, Química e Biologia – são parte importante para a compreensão dos sentidos de *integração curricular* nas políticas públicas investigadas. Com isso em mente, escolhemos analisar os trabalhos produzidos pelo campo da pesquisa em ensino de ciências sobre a temática da integração curricular, nos quais exploramos os embates entre o conceito de *disciplina escolar* e *área do conhecimento*. As análises evidenciam que os sentidos de *integração curricular* vêm se alterando ao longo dos anos, sendo regulados por diferentes elementos, que passam tanto pela disputa de *status*, recursos e território por parte das comunidades disciplinares que compõem a área de Ciências da Natureza, quanto por elementos relacionados à formação técnica, mundo do trabalho e profissionalização. Mais especificamente, observamos que existe um deslocamento de sentidos com relação à integração curricular, verificado com a inserção do conceito de *itinerários formativos* associados as áreas do conhecimento por meio da Lei 13.415/2017. Todos esses elementos regulam a produção dos conhecimentos escolares e a *fabricação* de professores para a atuação no ensino médio.